

ANALISTA EM CONTABILIDADE

PROVA ESCRITA OBJETIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo oitenta questões objetivas, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas



TEMPO

- **4 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

Língua Portuguesa

1

“Já contei esta história tantas vezes e ninguém quis me acreditar. Vou agora contar tudo especialmente para a senhora que, se não pode ajudar, pelo menos não fica me atormentando como fazem os outros.”

Esse é o início de um conto de Lygia Fagundes Telles; sobre esse texto, é correto afirmar que:

- (A) a estrutura narrativa ainda não foi iniciada, estando seu começo preparado;
- (B) o narrador da história se coloca como de terceira pessoa, narrando uma história aparentemente inacreditável;
- (C) o narrador da história, como em outros momentos, conta com algum interlocutor;
- (D) o relato a ser feito a seguir faz parte certamente das narrativas de terror ou fantásticas;
- (E) o narrador se apresenta como simples observador dos fatos narrados.

2

Em muitas narrativas, ocorre a interferência do narrador. No texto “Vamos começar pelo nascimento do nosso herói!”, a interferência é corretamente identificada como:

- (A) uma interpelação direta ao leitor;
- (B) atualização da história pelo emprego do presente;
- (C) referência a algo já conhecido do leitor;
- (D) alusão a um fato já ocorrido anteriormente;
- (E) comentário sobre processos de narração.

3

Observe o seguinte trecho informativo, publicado na primeira página de um jornal carioca:

“O crime aconteceu na noite de domingo. Depois da tentativa de sedução, o sitiante brigou com a mulher. Sônia e Neusa apareceram no quarto e viram que ele tentava estrangulá-la. Pediram que largasse o pescoço da mãe e, como ele insistiu, pegaram barras de ferro e o mataram. As duas estão no presídio de Ribeirão Bonito”.

Esses pequenos textos de primeira página são apresentados de forma mais extensa e detalhada em alguma página interior do jornal.

A afirmativa correta sobre ele é:

- (A) os fatos narrados são dados aos leitores de forma resumida, omitindo-se informações importantes;
- (B) os personagens envolvidos no texto da notícia são claramente identificados no texto;
- (C) o último período do texto mostra a preocupação moral do jornal, indicando o castigo por crimes cometidos;
- (D) o crime relatado mostra detalhes sangrentos, num tipo de notícia considerada de profundo mau gosto;
- (E) o autor do texto mostra a vítima do assassinato como indefeso, denunciando a covardia do crime.

4

Certos textos provocam riso, tristeza, exaltação, emoções... Tais textos mostram um tom, isto é, características que provocam um estado afetivo particular.

Entre os pensamentos abaixo, aquele que mostra um tom irônico é:

- (A) Quando eu era pobre, chamavam-me louco; agora que sou rico, sou excêntrico;
- (B) Cuidado com os inimigos, pois são os primeiros a descobrir seus enganos;
- (C) Eu não sou rico. Eu sou um pobre homem com dinheiro, o que não é a mesma coisa;
- (D) Estranhos são apenas amigos que a gente ainda não conhece;
- (E) Um irmão é um amigo dado pela natureza.

5

Observe o seguinte texto:

“Entre as cordas do ringue, o pugilista é como o prisioneiro entre as paredes da cela: durante esse encarceramento ele sofre um castigo que lhe deixará marcas irreversíveis”.

Sobre esse fragmento de texto, a afirmação INADEQUADA à estruturação do texto é:

- (A) os dois termos que se comparam no texto são o pugilista e o prisioneiro;
- (B) o pugilista representa o mundo real, enquanto o mundo figurado é representado pelo prisioneiro;
- (C) a função da comparação, nesse caso, é a de tornar concreta uma ideia abstrata;
- (D) o fator de comparação entre os elementos comparados é o pequeno espaço que ocupam;
- (E) o termo que estabelece formalmente a comparação entre elementos é a conjunção *como*.

6

Todas as frases abaixo foram reescritas, com o deslocamento do vocábulo *só*; a opção em que as duas frases mostram o mesmo significado é:

- (A) Só as árvores balançam quando tem vento / As árvores só balançam quando tem vento;
- (B) A loteria só contemplou um cidadão de Tiradentes-MG / A loteria contemplou só um cidadão de Tiradentes-MG;
- (C) Um homem que só trabalha e não se diverte, leva uma vida infeliz / Um homem que trabalha só e não se diverte, leva uma vida infeliz;
- (D) Só um cliente deixou o guardanapo sobre a mesa / Um cliente deixou só o guardanapo sobre a mesa;
- (E) Só ele viu o carro ao longe / Ele só viu o carro ao longe.

7

Observe o seguinte segmento textual:

“Ele abriu e fechou várias vezes o grosso livro, cada uma dessas vezes acompanhada de um palavrão. Finalmente ele se recompôs, releu o parágrafo a consertar, gemeu. Bom, tudo bem, vamos lá!

– Vamos lá, falou em voz alta.

Levantou-se e saiu da sala”.

Nesse segmento de texto, o trecho que exemplifica o discurso indireto livre, é:

- (A) Ele abriu e fechou várias vezes o grosso livro;
- (B) ...cada uma dessas vezes acompanhada de um palavrão;
- (C) Bom, tudo bem, vamos lá!
- (D) Vamos lá, falou em voz alta;
- (E) Levantou-se e saiu da sala.

8

Entre as opções abaixo, aquela que exemplifica o tipo de texto instrucional, é:

- (A) Separe os parafusos e coloque-os nos buracos das dobradiças;
- (B) Criar é matar a morte;
- (C) A imprensa mente, deturpa os fatos e agride o vernáculo;
- (D) Os pequenos anúncios contêm toda a verdade que se pode encontrar num jornal;
- (E) Para saber falar é preciso saber escutar.

9

Todas as frases abaixo jogam com a ambiguidade intencional de algum vocábulo, tornando-as curiosas e interessantes.

A frase em que está ausente essa estratégia é:

- (A) Tantos anos o país se descuidou do meio ambiente que, agora, se quiser salvar alguma coisa, vai ter que tratar do ambiente inteiro;
- (B) De uma caverna nada se tira, a não ser fotos; nada se deixa, a não ser pegadas; e nada se mata, a não ser o tempo;
- (C) Todo bom percussionista não bate bem;
- (D) Um avião é lugar perfeito para fazer dieta;
- (E) Eu cozinho com vinho, às vezes até mesmo acrescento comida a ele.

10

Observe o seguinte segmento textual:

“As folhas caindo lembram sempre lágrimas derramadas pelas grandes árvores tristes que choram em função do fim do ano, do fim das auroras de temperatura agradável e dos doces crepúsculos”.

Sobre esse fragmento de texto, a afirmação INADEQUADA à estruturação do texto é:

- (A) os dois termos que se comparam no texto são as folhas e as lágrimas;
- (B) as folhas fazem parte do mundo figurado, enquanto o mundo real é representado pelas lágrimas;
- (C) o fator de comparação entre os elementos comparados é o movimento de queda;
- (D) a função da comparação, nesse caso, é a poética, ou seja, a criação de mundo paralelo esteticamente atraente;
- (E) o termo que estabelece formalmente a comparação entre elementos é o verbo *lembrar*.

11

“A força bruta, quando não governada pela razão, desmorona sob o próprio peso.” (Horácio)

A forma de reescrever esse pensamento que se mostra INADEQUADA, é:

- (A) Quando não governada pela razão, a força bruta desmorona sob o próprio peso;
- (B) Desmorona sob o próprio peso a força bruta, quando não governada pela razão;
- (C) Quando a força bruta não é governada pela razão, desmorona sob o próprio peso;
- (D) Sob o próprio peso desmorona, quando não governada pela razão, a força bruta;
- (E) A força bruta, quando desmorona sob o próprio peso, não é governada pela razão.

12

Observe o seguinte pensamento de Heródoto, o pai da História: “Onde é necessária a astúcia, não há lugar para a força”.

Um outro pensamento que expressa o mesmo significado, é:

- (A) Onde a pele do leão não cobre é preciso costurar a da raposa;
- (B) Um príncipe deve tomar como exemplo a raposa e o leão, pois o leão não é capaz de se defender das armadilhas, assim como a raposa não sabe se defender dos lobos;
- (C) O uso da força tem apenas um efeito temporário. Pode subjugar por certo tempo, mas não remove a necessidade de subjugar novamente;
- (D) A violência não é força, mas fraqueza, nem poderá ser nunca criadora de coisa alguma, apenas destruidora;
- (E) A força bruta, quando não governada pela razão, desmorona sob o próprio peso.

13

A frase abaixo que NÃO contém termos desnecessários, por já estarem contidos em outros vocábulos, é:

- (A) Cada deputado, individualmente, tem direito a apresentar dois projetos por semestre;
- (B) Na reunião, os vereadores poderão ir acompanhados de suas esposas e filhos;
- (C) Há muitas notícias falsas sobre o acidente; os fatos reais, porém, são outros;
- (D) O planejamento antecipado para o ano próximo vai ser votado na semana que vem;
- (E) Um hemisfério corresponde a uma das duas metades iguais do planeta.

14

Ulpiano, um jurista latino do século II d. C., é autor do seguinte pensamento: “Tais são os preceitos do direito: viver honestamente, não ofender ninguém, dar a cada um o que lhe pertence”.

Outro modo de reescrever esse pensamento, com o deslocamento de seus termos, que altera o seu sentido original, é:

- (A) Viver honestamente é um dos preceitos do direito, assim como não ofender ninguém e dar a cada um o que lhe pertence;
- (B) Os preceitos do direito são tais: dar a cada um o que lhe pertence, não ofender ninguém e viver honestamente;
- (C) Os preceitos do direito são: a doação a cada um do que lhe pertence sem uma ofensa a ninguém, e uma vida honesta;
- (D) Viver honestamente, não ofender ninguém, dar a cada um o que lhe pertence, tais são os preceitos do direito;
- (E) Os preceitos do direito são tais como uma vida honesta, a não ofensa a ninguém e a doação a cada um do que lhe pertence.

15

Um escritor russo disse o seguinte: “Dizem que não há justiça sobre a terra. Mas por acaso existe no céu?”

Nesse pequeno texto argumentativo, o argumento utilizado para rebater a primeira afirmação é falacioso, caracterizando-se como um(a):

- (A) falsa analogia;
- (B) fuga do assunto;
- (C) confusão causa/efeito;
- (D) argumento autoritário;
- (E) generalização excessiva.

16

O filósofo inglês Francis Bacon escreveu: “São todos descobridores ruins, que pensam que não há terra quando nada veem além do mar”.

O erro desses descobridores era, portanto:

- (A) desconsiderarem opiniões alheias, diferentes das suas;
- (B) considerarem uma dúvida como certeza;
- (C) partirem de premissas insuficientes;
- (D) utilizarem o método dedutivo;
- (E) realizarem uma generalização exagerada.

17

Em todas as opções abaixo, o termo sublinhado foi substituído por um outro, formado com a ajuda de um afixo (prefixo ou sufixo); a opção em que a substituição está INADEQUADA, é:

- (A) No primeiro dia das férias, vou fazer uma análise de mim mesmo / autoanálise;
- (B) A vacina aplicada há pouco tempo deve trazer benefícios aos contaminados / recém-aplicada;
- (C) Monteiro Lobato está sendo lido de novo / renovado;
- (D) O ex-presidente da empresa tinha uma riqueza difícilmente imaginada / inimaginável;
- (E) As ações foram valorizadas acima do normal / supervalorizadas.

18

Observe o seguinte parágrafo:

“Tem-se discutido muito sobre as funções da linguagem humana e a hierarquia natural que há entre elas. É fácil observar, por exemplo, que é pela posse e uso da linguagem, falando mentalmente ao próximo ou a nós mesmos, que conseguiremos organizar nosso pensamento e torná-lo articulado, concatenado e nítido”.

Considerando o primeiro período como tópico frasal, o seu tipo de desenvolvimento é identificado como:

- (A) contraste;
- (B) explicitação;
- (C) enumeração;
- (D) localização temporal / espacial;
- (E) relação causa / efeito.

19

A forma da oração reduzida abaixo que foi adequadamente substituída por uma oração desenvolvida, de mesmo sentido, é:

- (A) Foi necessário vacinarem-se as pessoas no momento adequado / Foi necessário que as pessoas se vacinassem no momento adequado;
- (B) Chegando ao trabalho, mandarei as cartas / Na chegada ao trabalho, mandarei as cartas;
- (C) O chefe pediu para chegarmos sem atraso / O chefe pediu que cheguemos sem atraso;
- (D) Era natural os alunos preferirem sair antes da hora / Era natural a preferência dos alunos por saírem antes da hora;
- (E) Saíram todos da sala para poderem fotografá-la / Saíram todos da sala para uma possível fotografia.

20

Se reescrevermos as frases abaixo, eliminando a palavra *porque*, a forma INADEQUADA dessa reescritura, será:

- (A) O jogador foi expulso porque assim decidiram os juízes / por decisão dos juízes;
- (B) Entreguei-lhe a encomenda porque confiava nele / em confiança;
- (C) Causou um acidente porque a estrada molhada fez derraparem os pneus / por derrapagem dos pneus na estrada molhada;
- (D) Não fez a redação porque o tema era muito complexo / pela complexão do tema;
- (E) O juiz sentou-se longe dos demais passageiros, porque temia a reação do público / por medo da reação do público.

Raciocínio Lógico-Quantitativo

21

Seja A uma matriz 4 x 4 cujo determinante é igual a 2.

O determinante da matriz 3A é igual a:

- (A) 6;
- (B) 12;
- (C) 24;
- (D) 64;
- (E) 162.

22

Uma das raízes do polinômio $P(x) = x^3 + 2x^2 - 5x + m$ é 2.

O produto das outras duas raízes desse polinômio é:

- (A) 3;
- (B) -3;
- (C) 6;
- (D) -6;
- (E) -4.

23

Dois urnas A e B têm, cada uma, 9 bolas numeradas.

Na urna A há 4 bolas com números ímpares e 5 bolas com números pares. Na urna B há 5 bolas com números ímpares e 4 bolas com números pares.

Retira-se, aleatoriamente, uma bola de cada urna.

A probabilidade de que o produto dos números das bolas retiradas seja par é:

- (A) $\frac{1}{2}$;
- (B) $\frac{4}{9}$;
- (C) $\frac{5}{9}$;
- (D) $\frac{20}{81}$;
- (E) $\frac{61}{81}$.

24

O número de anagramas da palavra ASSADO que não têm as 2 letras S juntas é:

OBS.: Anagramas de uma palavra são as permutações das letras dessa palavra.

- (A) 720;
- (B) 360;
- (C) 120;
- (D) 84;
- (E) 72.

25

Dadas as matrizes $A = \begin{bmatrix} -1 & 0 \\ 2 & 3 \end{bmatrix}$ e $B = \begin{bmatrix} 2 & -1 \\ 1 & 2 \end{bmatrix}$, a soma dos elementos da matriz $AB - BA$ é:

- (A) 0;
- (B) 2;
- (C) 4;
- (D) 6;
- (E) 8.

26

Em um retângulo, a base é o triplo da altura e x é o menor ângulo formado por suas diagonais.

O valor de $\sin(x) + \cos(x)$ é:

Obs: É dada a fórmula $\sin(2\theta) = 2 \cdot \sin(\theta) \cdot \cos(\theta)$

- (A) 1,2;
- (B) 1,4;
- (C) 1,5;
- (D) 1,6;
- (E) 1,8.

27

No sistema

$$\begin{cases} 3a + b + c + d = 16 \\ a + 3b + c + d = 6 \\ a + b + 3c + d = 14 \\ a + b + c + 3d = 12 \end{cases}$$

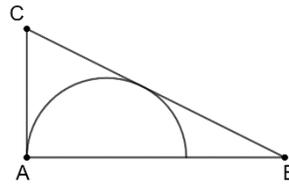
o valor de a é:

- (A) -1;
- (B) 1;
- (C) 2;
- (D) 3;
- (E) 4.

28

A figura a seguir mostra o triângulo retângulo ABC, com catetos de medidas $AB = 4$ e $AC = 2$.

Uma semicircunferência tem centro sobre o lado AB e é tangente a BC.



O raio dessa semicircunferência mede:

- (A) $\sqrt{2}$;
- (B) $\frac{\sqrt{3}+1}{2}$;
- (C) $\frac{2\sqrt{3}}{3}$;
- (D) $\frac{\sqrt{5}}{2}$;
- (E) $\sqrt{5} - 1$.

Conhecimentos Jurídicos

29

Márcio, prefeito do Município Gama, praticou ato administrativo consistente na remoção do servidor público estável João, do Departamento X para o Departamento Y, e apresentou expressamente como motivação do ato o fato de que no Departamento Y só havia dois servidores na área de apoio administrativo. Inconformado, João ajuizou ação judicial, pleiteando o retorno à sua lotação no Departamento X, haja vista que comprovou inequivocamente que no Departamento Y estavam lotados oito servidores da área de apoio administrativo. De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, a pretensão de João:

- (A) não merece prosperar, pois ato de remoção de pessoal é classificado como ato discricionário, portanto cabe ao gestor verificar a oportunidade e a conveniência em sua prática;
- (B) não merece prosperar, pois ato de remoção de pessoal é classificado como ato vinculado, de maneira que não cabe ao Judiciário se imiscuir no mérito administrativo;
- (C) merece prosperar, diante da teoria dos motivos determinantes, já que os motivos expostos por Márcio não correspondem à realidade fática;
- (D) merece prosperar, diante da teoria da intranscendência subjetiva das sanções, uma vez que o servidor não pode ser penalizado por erro do gestor;
- (E) não merece prosperar, pois não restaram violados princípios da administração pública, e se presume legítima a decisão do prefeito Márcio.

30

João, novo procurador-geral de Justiça do Ministério Público de determinado Estado que acabou de tomar posse, com o objetivo de reduzir gastos públicos e atender ao princípio da eficiência, anunciou que irá reunir dois órgãos distintos, o órgão Alfa e o órgão Beta, no âmbito daquele Ministério Público, que serão agrupados em um só novo órgão público chamado órgão Alfa Beta, ocasionando economia de pessoal, de material e de gastos com energia elétrica.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, trata-se do fenômeno administrativo da:

- (A) descentralização;
- (B) outorga;
- (C) centralização;
- (D) avocação;
- (E) concentração.

31

A Nova Lei de Licitações estabelece que o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Nesse contexto, consoante dispõe a Lei nº 14.133/2021, é hipótese de dispensa de licitação quando o Estado Alfa realiza:

- (A) contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;
- (B) aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;
- (C) aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha, observados os requisitos legais;
- (D) celebração de contrato de programa com ente federativo ou com entidade de sua Administração Pública indireta que envolva prestação de serviços públicos de forma associada nos termos autorizados em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação;
- (E) contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, de estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos, na forma da lei.

32

João, analista de Dados e Pesquisa do Ministério Público do Estado Alfa, em maio de 2022, dolosamente, no exercício da função, revelou fato de que tinha ciência em razão de suas atribuições, pois está lotado em órgão de inteligência do *parquet*, e que devia permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada e até colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado.

De acordo com a tipologia da Lei de Improbidade Administrativa em sua atual redação, no caso em tela, João, em tese:

- (A) praticou ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário;
- (B) praticou ato de improbidade administrativa que atentou contra os princípios da administração pública;
- (C) praticou ato de improbidade administrativa que importou em enriquecimento ilícito;
- (D) não praticou ato de improbidade administrativa, diante da ausência de previsão legal, desde a redação originária da lei de improbidade;
- (E) não praticou ato de improbidade administrativa, diante da revogação do dispositivo que previa o ato narrado como ato de improbidade.

33

Maria, cidadã moradora do Município Alfa, constatou que uma área de preservação ambiental estava sendo diariamente desmatada, de modo que ela pudesse ceder lugar a pastagens para a criação de bovinos.

Irresignada com essa situação, procurou um advogado e solicitou esclarecimentos a respeito da medida que poderia adotar, sendo respondido, corretamente, que ela:

- (A) pode ajuizar uma ação popular visando à interrupção do desmatamento e à recuperação da área de preservação ambiental;
- (B) pode ajuizar ação popular ou ação civil pública visando à interrupção do desmatamento e à recuperação da área de preservação ambiental;
- (C) apenas pode exercer o direito de petição, peticionando aos poderes públicos para que identifiquem e multem os responsáveis pelo desmatamento;
- (D) apenas pode exercer o direito de petição, para a adoção de medidas administrativas ou representar ao Ministério Público ou a outro legitimado para o ajuizamento de ação civil pública;
- (E) pode impetrar mandado de segurança para que os responsáveis pelo desmatamento observem o seu direito líquido e certo ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

34

Após ampla mobilização das lideranças partidárias, o Congresso Nacional aprovou projeto de lei ordinária disciplinando, no âmbito nacional, a data da posse do prefeito e do vice-prefeito, o limite máximo de vereadores nas Câmaras Municipais e os critérios para a fixação dos subsídios dos vereadores. O projeto veio a ser sancionado pelo chefe do Poder Executivo, dando origem à Lei federal nº XX.

Apesar do apoio partidário, a Lei federal nº XX gerou grande insatisfação junto aos Municípios. Por tal razão, foram solicitadas manifestações de diversos especialistas da área, os quais concluíram, corretamente, que esse diploma normativo é:

- (A) constitucional, pois a União tem competência concorrente para legislar sobre a matéria e a Lei federal nº XX apenas dispôs sobre normas gerais;
- (B) inconstitucional, pois, apesar de a União ter competência para legislar sobre a matéria, isso deveria ser feito por meio de lei complementar;
- (C) inconstitucional, pois a matéria deve ser disciplinada na Constituição de cada Estado, observados os balizamentos constitucionais;
- (D) inconstitucional, pois a matéria deve ser disciplinada na lei orgânica de cada Município, observados os balizamentos constitucionais;
- (E) constitucional, pois a União tem competência privativa para legislar sobre a matéria, podendo discipliná-la por meio de lei complementar.

35

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado Alfa solicitou que sua assessoria realizasse estudos a respeito da possibilidade de ser fixado, no âmbito do respectivo Estado, um limite remuneratório único para os agentes públicos. Esse limite somente não se aplicaria àqueles agentes que, na sistemática constitucional, tenham como limite remuneratório o subsídio de ministro do Supremo Tribunal Federal.

A assessoria respondeu, corretamente, que a ordem constitucional:

- (A) já estabelece limite remuneratório único no âmbito de cada Estado-membro;
- (B) veda expressamente a fixação de limite remuneratório único no âmbito de cada Estado-membro;
- (C) autoriza a fixação do subsídio do governador como limite remuneratório único, o que deve ser veiculado em lei complementar;
- (D) autoriza a fixação do subsídio de desembargador como limite remuneratório único, mediante emenda à respectiva Constituição Estadual, excepcionados os parlamentares;
- (E) autoriza a fixação do subsídio do governador como limite remuneratório único, para todas as estruturas estatais de poder, mediante emenda à respectiva Constituição Estadual.

36

Promotoria de Tutela Coletiva com atribuição na defesa do consumidor investigou, por meio de procedimento próprio, determinado supermercado e concluiu que, de fato, estava praticando a chamada “venda casada”. Veja-se que o Código de Defesa do Consumidor prevê o seguinte: “Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: I - condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos”.

Dessa forma, finda a investigação, verificada a ilegalidade, deve a Promotoria, na defesa dos consumidores, ajuizar:

- (A) mandado de segurança coletivo;
- (B) mandado de segurança individual;
- (C) ação civil pública;
- (D) ação popular;
- (E) *habeas data*.

37

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que a colocação em família substituta far-se-á mediante determinados institutos, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos daquela Lei.

Como exemplo desses institutos, a Lei nº 8.069/1990 destaca a:

- (A) curatela, que obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou ao adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, exceto aos pais;
- (B) curatela, que é exercida pelo curador nomeado por testamento ou qualquer documento autêntico, que deverá, no prazo de trinta dias após a abertura da sucessão, ingressar com pedido destinado ao controle judicial do ato;
- (C) adoção, que atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, exceto sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, inclusive os impedimentos matrimoniais;
- (D) adoção, que é medida excepcional e revogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa;
- (E) tutela, que será deferida, nos termos da lei civil, a pessoa de até 18 anos incompletos e pressupõe a prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar e implica necessariamente o dever de guarda.

38

A Lei Maria da Penha estabelece que o Ministério Público intervirá, quando não for parte, nas causas cíveis e criminais decorrentes da violência doméstica e familiar contra a mulher.

De acordo com a citada lei, caberá ao Ministério Público, sem prejuízo de outras atribuições, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, quando necessário:

- (A) requisitar força policial;
- (B) cadastrar os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher;
- (C) requisitar serviços públicos de saúde, de educação, de assistência social e de segurança, entre outros;
- (D) fiscalizar os estabelecimentos públicos e particulares de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar;
- (E) aplicar, diretamente e de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, medidas protetivas de urgência, como a suspensão da posse ou restrição do porte de armas.

39

João, servidor do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, por ter concluído curso de pós-graduação *lato sensu*, passou da referência inicial do cargo que ocupava para outra, superior, mas permaneceu no mesmo nível da carreira.

Nessa hipótese, é correto afirmar que João obteve:

- (A) progressão funcional horizontal, decorrente de remoção por aperfeiçoamento;
- (B) progressão funcional vertical, decorrente de promoção por aperfeiçoamento;
- (C) progressão funcional horizontal, decorrente de promoção por aperfeiçoamento;
- (D) promoção funcional vertical, decorrente do critério de merecimento;
- (E) promoção funcional horizontal, decorrente do critério de merecimento.

40

Joana, promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, decidiu concorrer à remoção, pelo critério de merecimento, para a Promotoria de Justiça da Comarca Alfa, conforme edital recentemente publicado.

Para que seja Joana removida, é necessário que:

- (A) seja a mais votada pelo Colégio de Promotores de Justiça, a partir de lista tríplice apresentada pelo procurador-geral de Justiça;
- (B) integre lista tríplice a ser formada pelo Conselho Superior do Ministério Público e seja escolhida pelo procurador-geral de Justiça;
- (C) seja escolhida pelo procurador-geral de Justiça, entre todos os candidatos que se inscreveram para o concurso de remoção;
- (D) seja a mais votada na lista tríplice a ser formada pelo Conselho Superior do Ministério Público;
- (E) integre lista tríplice a ser formada pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça e seja escolhida pelo procurador-geral de Justiça.

Conhecimentos Específicos

41

Em 31/12/20X2 a Cia. Sigma S/A apresentou o seguinte Balanço Patrimonial:

BALANÇO PATRIMONIAL					
Cia. Sigma S/A (valores expressos em milhares de reais)					
ATIVO	31/12/20X2	31/12/20X1	PASSIVO	31/12/20X2	31/12/20X1
CIRCULANTE	134.130,00	127.000,00	CIRCULANTE	20.150,00	2.100,00
Disponibilidades	41.130,00	32.000,00	Contas a Pagar	650,00	900,00
Contas a Receber	68.000,00	25.000,00	Salários a Pagar	1.500,00	1.200,00
Mercadorias para Revenda	25.000,00	70.000,00	Financiamentos	18.000,00	-
NÃO CIRCULANTE	106.500,00	70.100,00	NÃO CIRCULANTE	22.500,00	-
Realizável a Longo Prazo	13.000,00	-	Financiamentos	22.500,00	-
Empréstimos concedidos	13.000,00	-			
Investimentos	50.750,00	70.100,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	197.980,00	195.000,00
Participação em coligadas	50.750,00	70.100,00	Capital Social	190.000,00	190.000,00
Imobilizado	42.750,00	-	Reservas de Lucros	7.980,00	5.000,00
Veículos	45.000,00	-			
(-) Depreciação acumulada	- 2.250,00	-			
TOTAL	240.630,00	197.100,00		240.630,00	197.100,00

A seguir são apresentados alguns dos principais fatos ocorridos em 20X2:

- Recebimento da 1ª parcela do empréstimo concedido a uma empresa coligada, no valor de R\$ 2.000,00 mais juros de R\$ 250,00. O empréstimo, no valor de R\$ 15.000,00, foi concedido em outubro/20X2.
- Venda de participação em coligada de R\$ 19.350,00, por um valor a menor em R\$ 300,00.
- Recebimento de dividendos, no valor de R\$ 260,00, referente à participação mantida em empresa coligada.
- Pagamento das primeiras parcelas do financiamento de um veículo no valor total de R\$ 4.680,00, sendo R\$ 180,00 referentes a juros por atraso.
- Reconhecimento de despesa com depreciação de R\$ 2.250,00.
- Lucro Líquido da Cia. Sigma ao final de 20X2 foi de R\$ 2.980,00.

Considerando as informações apresentadas e que na elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa a Cia. Sigma trata juros, dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos e pagos conforme a classificação encorajada pelo Pronunciamento CPC 03 (R2), é correto afirmar que em 31/12/20X2:

- (A) as atividades operacionais e de investimento geraram caixa líquido de R\$ 7.280,00 e R\$ 6.560,00, respectivamente;
- (B) o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R\$ 7.280,00, enquanto o caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento foi de R\$ 4.500,00;
- (C) o caixa líquido gerado pelas atividades de investimento foi de R\$ 6.560,00, enquanto o caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento foi de R\$ 4.680,00;
- (D) as atividades operacionais e de investimento geraram caixa líquido de R\$ 3.480,00 e R\$ 6.050,00, respectivamente;
- (E) as atividades operacionais e de investimento geraram caixa líquido de R\$ 7.580,00 e R\$ 6.050,00, respectivamente.

42

A Cia. Beta é uma revendedora de artigos esportivos que utiliza o método da média móvel ponderada para avaliar seu estoque de mercadorias. Durante o ano de 20X1, a empresa realizou as seguintes operações:

1. Compra de 1.000 mercadorias por R\$ 150.000,00, com pagamento de R\$ 200,00 de frete sobre a compra;
2. Venda de 40% da quantidade de mercadorias em estoque por R\$ 300,00/unidade. O frete dessa venda, no valor total de R\$ 150,00, ficou por conta da Cia. Beta;
3. Devolução de 50% das mercadorias vendidas na operação 2, por estarem em desconformidade com o pedido realizado pelo cliente;
4. Compra de 850 mercadorias pelo valor total de R\$ 119.000,00;
5. Recebimento de um abatimento de R\$ 570,00 sobre a compra da operação 4;
6. Venda de 20% da quantidade de mercadorias em estoque, por R\$ 250,00/unidade. A empresa pagou comissão sobre essa venda no valor de R\$ 2,00 por unidade vendida.

Com base nessas operações e desconsiderando qualquer efeito tributário relacionado, é correto afirmar que os valores do Lucro Bruto e do estoque final de mercadorias, ao término do exercício de 20X1, são, respectivamente:

- (A) R\$ 64.742,00 e R\$ 190.872,00;
 (B) R\$ 64.700,00 e R\$ 191.200,00;
 (C) R\$ 64.628,00 e R\$ 191.328,00;
 (D) R\$ 63.932,00 e R\$ 190.872,00;
 (E) R\$ 63.890,00 e R\$ 191.200,00.

43

Em 01/10/20X1, a Cia. Delta S/A realizou duas vendas de mercadorias: uma para o cliente ABC, no valor de R\$ 25.000,00 com recebimento previsto para 60 dias e outra para o cliente XYZ, no valor de R\$ 20.000,00 com recebimento de 50% à vista e o restante em 120 dias. Em 01/12/20X1, a Cia. Delta recebeu um comunicado do cliente ABC, informando que a empresa estava passando por problemas financeiros e que só conseguiria honrar a sua dívida em 05/02/20X2. Nesse mesmo dia, após uma reanálise do perfil de crédito do cliente XYZ, o setor de contas a receber da Cia. Delta identificou um grande aumento no endividamento desse cliente, o qual poderia levá-lo a não realizar o pagamento total da duplicata em aberto.

Nesse cenário, em 31/12/20X1, a Cia. Delta reconheceu Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) no valor de R\$ 28.000,00, considerando a situação financeira do cliente ABC e o possível não recebimento de 30% das duplicatas do cliente XYZ.

Em 05/01/20X2, os clientes ABC e XYZ informaram o início do processo de encerramento de suas atividades comerciais. Já em 15/02/20X2, após várias tentativas judiciais de receber os valores devidos por esses clientes, a Cia. Delta considerou as duplicatas como incobráveis.

Considerando os fatos descritos, é correto afirmar que os lançamentos contábeis realizados pela Cia. Delta a partir de dezembro/20X1 foram:

- (A) Em 31/12/20X1
- | | |
|-----------------------------|---------------|
| D – Despesa com PECLD | R\$ 28.000,00 |
| C – PECLD | R\$ 28.000,00 |
- Em 15/02/20X2
- | | |
|--------------------|---------------|
| D – PECLD | R\$ 28.000,00 |
| C – Clientes | R\$ 28.000,00 |
- (B) Em 31/12/20X1
- | | |
|-----------------------------|---------------|
| D – Despesa com PECLD | R\$ 28.000,00 |
| C – PECLD | R\$ 28.000,00 |
- Em 15/02/20X2
- | | |
|------------------------------|---------------|
| D – PECLD | R\$ 28.000,00 |
| D – Perda com Clientes | R\$ 7.000,00 |
| C – Clientes | R\$ 35.000,00 |
- (C) Em 31/12/20X1
- | | |
|-----------------------------|---------------|
| D – Despesa com PECLD | R\$ 28.000,00 |
| C – Clientes | R\$ 28.000,00 |
- Em 15/02/20X2
- | | |
|------------------------------|--------------|
| D – Perda com Clientes | R\$ 7.000,00 |
| C – Clientes | R\$ 7.000,00 |
- (D) Em 31/12/20X1
- | | |
|-----------------------------|---------------|
| D – Despesa com PECLD | R\$ 28.000,00 |
| C – Clientes | R\$ 28.000,00 |
- Em 15/02/20X2
- | | |
|-----------------------------|--------------|
| D – Despesa com PECLD | R\$ 7.000,00 |
| C – Clientes | R\$ 7.000,00 |
- (E) Em 31/12/20X1
- | | |
|-----------------------------|---------------|
| D – Despesa com PECLD | R\$ 28.000,00 |
| C – PECLD | R\$ 28.000,00 |
- Em 15/02/20X2
- | | |
|------------------------------|---------------|
| D – PECLD | R\$ 28.000,00 |
| D – Perda com Clientes | R\$ 17.000,00 |
| C – Clientes | R\$ 35.000,00 |
| C – Bancos C/Movimento | R\$ 10.000,00 |

44

Ao se debruçar sobre o processo de elaboração das demonstrações contábeis, um contador se deparou com questões relativas ao reconhecimento de elementos e também na forma de apresentação de alguns itens. O contador analisou as disposições da Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro e as orientações constantes no Pronunciamento CPC 26 (R1), que trata da apresentação das demonstrações contábeis. Após análise, o contador propôs as assertivas a seguir.

I. Atender à definição de um dos elementos das demonstrações contábeis é o suficiente para que um item seja reconhecido nas demonstrações contábeis.

II. Um direito pode atender à definição de recurso econômico e, portanto, pode ser um ativo, mesmo se a probabilidade de que ele produza benefícios econômicos for baixa.

III. Na análise das despesas na Demonstração do Resultado do Exercício, o método da natureza da despesa pode proporcionar informação mais relevante aos usuários do que o método da função da despesa, uma vez que esta classificação pode exigir alocações arbitrárias.

IV. O resultado abrangente do período deve ser apresentado tanto na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), quanto na Demonstração do Resultado Abrangente (DRA), dessa forma, as empresas podem apresentar a DRA somente dentro da DMPL.

Está correto somente o proposto em:

- (A) II;
- (B) IV;
- (C) I e II;
- (D) II e III;
- (E) I, III e IV.

45

Uma entidade deve estabelecer controles adequados para o acompanhamento dos itens reconhecidos em seu patrimônio. No caso de um recurso registrado como ativo, este é considerado desvalorizado quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Essa constatação é aplicável tanto para ativos tangíveis como intangíveis.

Em relação ao teste de redução ao valor recuperável para ativos intangíveis, à luz das normas contábeis, os responsáveis pela contabilidade em uma entidade devem considerar que:

- (A) o teste de redução ao valor recuperável de um ativo intangível com vida útil indefinida deve ser efetuado, quando for exigido pela auditoria externa;
- (B) em uma combinação de negócios deve-se, anualmente, efetuar o teste de redução ao valor recuperável para o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura;
- (C) um ativo intangível ainda não disponível para uso deve ser testado apenas quando for colocado como disponível para uso;
- (D) um ativo intangível ainda não disponível para uso deve ser testado, no mínimo, bianualmente, devido aos prazos dos projetos serem de dois anos;
- (E) não é necessário efetuar o teste de redução ao valor recuperável para ativos intangíveis com vida útil indefinida, mas apenas para aqueles com vida útil definida.

46

Os contratos de arrendamento, quando atenderem os critérios, são reconhecidos no Balanço Patrimonial como um ativo, e, em alguns casos, esse ativo é um direito de uso (*right of use*).

Ao ser consultado sobre critérios para reconhecimento contábil de arrendamentos, à luz das disposições do Pronunciamento CPC 06 (R2), um consultor especializado na área pode afirmar que:

- (A) a entidade deve avaliar se o contrato é um arrendamento e se transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação;
- (B) em um arrendamento financeiro, o arrendatário deve reconhecer os ativos associados em seu balanço patrimonial e apresentá-los como recebível pelo valor equivalente ao investimento líquido no arrendamento;
- (C) na divulgação de um arrendamento financeiro, o arrendador não precisa fornecer informações sobre as alterações significativas no valor contábil do investimento líquido em arrendamentos financeiros, pois isso cabe ao arrendatário;
- (D) o arrendatário deve reconhecer o ativo de direito de uso, mas não o passivo associado ao arrendamento por não ser o arrendador;
- (E) o arrendatário deve reconhecer os custos, incluindo a depreciação, incorridos na realização da receita de arrendamento como despesa.

47

No processo de gestão dos negócios, há cenários em que as entidades optam por fazer reestruturações. Tais processos incorrem em custos que têm regras específicas para reconhecimento da provisão associada. O Pronunciamento CPC 25 traz exemplos de eventos que se enquadram no conceito de reestruturação.

Dentre os eventos a seguir, o que não está sujeito a essas regras, por NÃO ser um exemplo de reestruturação, é:

- (A) extinção de linha de negócios;
- (B) fechamento de locais de negócios de um país;
- (C) intenção de venda de unidade operacional;
- (D) mudanças na estrutura da administração, como a eliminação de um nível de gerência;
- (E) realocação das atividades de negócios de um país ou região para outro.

48

Muitas entidades adotam como política a oferta de programas de benefício pós-emprego a seus empregados. Tais programas em geral se enquadram como planos de contribuição definida ou de benefício definido, conforme seus principais termos e condições. Cada um desses planos também apresenta riscos para ambas as partes envolvidas, empregador e empregados.

No caso dos planos de contribuição definida, conforme o Pronunciamento CPC 33, os principais riscos de o empregado NÃO receber o benefício esperado são:

- (A) risco de mercado e risco legal;
- (B) risco de crédito de instituições financeiras e risco de solvência;
- (C) risco operacional e risco de crédito de instituições não financeiras;
- (D) risco atuarial e risco de investimentos;
- (E) risco operacional e risco legal.

49

Quando se deseja analisar a composição do endividamento de um ente ao final de um exercício, é necessário usar informações apresentadas no Balanço Patrimonial para apurar este quociente, incluído nos indicadores de análise da estrutura de capital.

No caso do quociente de composição do endividamento, uma conta cujo saldo impacta apenas o denominador desse indicador é:

- (A) caixa e equivalentes de caixa;
- (B) despesas antecipadas;
- (C) financiamentos (longo prazo);
- (D) fornecedores (curto prazo);
- (E) reserva de lucros.

50

No contexto das restrições acerca da informação incluída nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs), tem-se a materialidade. Uma informação é material se a sua omissão ou distorção puder influenciar o cumprimento do dever de prestação de contas e responsabilização, ou as decisões que os usuários tomam com base nos RCPGs elaborados para aquele exercício.

Ao analisar a materialidade de uma informação no escopo dos RCPGs, um analista contábil deve considerar que:

- (A) a materialidade depende apenas do montante do item analisado dentro das particularidades de cada entidade;
- (B) as avaliações de materialidade consideram o contexto do ambiente legislativo, institucional e operacional no qual as entidades funcionam;
- (C) eventos e transações passados ou previstos não afetam a avaliação da materialidade de uma informação;
- (D) tanto informações de natureza quantitativa quanto qualitativa devem ser avaliadas em relação à sua materialidade;
- (E) um limite quantitativo razoável para definir se determinada informação é material, é se representa ao menos 10% do grupo de contas nos RCPGs.

51

Além de apresentar informações sobre a posição patrimonial e financeira e sobre o desempenho das entidades, as demonstrações contábeis também podem fornecer informações úteis para o processo de planejamento e execução do orçamento, tanto por determinação legal quanto por decisões de gestão.

A apuração do superávit financeiro que pode servir como fonte de recursos para suplementar dotações orçamentárias deve ter por base o(a):

- (A) balanço financeiro;
- (B) balanço orçamentário;
- (C) balanço patrimonial;
- (D) demonstração das variações patrimoniais;
- (E) demonstração dos fluxos de caixa.

52

A convergência às normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público promoveu alterações na estrutura de apresentação das demonstrações contábeis, que, além de serem previstas na Lei nº 4.320/1964, têm diretrizes definidas na NBC T SP 11 e no MCASP.

Mas como nem todas as demonstrações exigidas pela legislação brasileira têm correspondente nas normas internacionais, a NBC T SP 11 NÃO apresenta disposições para a elaboração do(a):

- (A) balanço financeiro;
- (B) balanço patrimonial;
- (C) demonstração do resultado;
- (D) demonstração das informações orçamentárias;
- (E) demonstração das mutações do patrimônio líquido.

53

O Balanço Orçamentário é uma das demonstrações previstas pela Lei nº 4.320/1964 e que atualmente possui uma estrutura de apresentação mais detalhada do que o originalmente exigido pela lei. Esse detalhamento contribui para aperfeiçoar o planejamento orçamentário nos exercícios futuros.

Um dos detalhamentos adicionais da estrutura do Balanço Orçamentário refere-se a:

- (A) despesas autorizadas por função e subfunção;
- (B) previsão atualizada da receita para o exercício;
- (C) receitas arrecadadas de acordo com a vinculação;
- (D) receitas previstas por categoria econômica;
- (E) saldo de despesas não empenhadas por tipo de crédito.

54

O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público.

Ao analisar uma minuta desse demonstrativo antes de sua publicação para fins de prestação de contas, conforme as disposições do MCASP, um analista contábil deve considerar que:

- (A) as receitas orçamentárias devem ser apresentadas por seus valores brutos;
- (B) as receitas orçamentárias realizadas devem ser detalhadas por categoria econômica;
- (C) as transações extraorçamentárias devem ser apresentadas em base líquida;
- (D) as transferências financeiras recebidas e concedidas apresentadas se restringem à natureza orçamentária;
- (E) as despesas orçamentárias executadas devem ser discriminadas por fonte/destinação de recurso.

Quadro I

Balanço Patrimonial	
Ativo	Passivo + Patrimônio Líquido
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante
	Patrimônio Líquido
Total do Ativo	Total do Passivo + PL

55

Considere a estrutura do Balanço Patrimonial apresentada no Quadro I acima.

Um evento cuja ocorrência adequadamente registrada pelo sistema de contabilidade provoca impacto positivo no saldo patrimonial do ente é:

- (A) aquisição de instalações prediais de uma entidade privada, com pagamento à vista;
- (B) aquisição de materiais para estoque, para baixa posterior mediante requisição devidamente autorizada;
- (C) devolução de equipamentos adquiridos em decorrência de não conformidade com o pedido;
- (D) redução do saldo de empréstimos (curto prazo), decorrente de pagamento de parcela na data do vencimento;
- (E) reversão de perdas por desvalorização de ativos reconhecidas no exercício anterior.

56

A estrutura do Balanço Patrimonial apresentada no Quadro I não contempla todos os itens informacionais previstos originalmente na Lei nº 4.320/1964, tais como a identificação expressa dos saldos do ativo e passivo financeiros e as contas de compensação. Para tratar desse aspecto, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), aprovado por meio de portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN):

- (A) adaptou a estrutura do balanço financeiro para evidenciar os saldos de ativo e passivo financeiros;
- (B) alterou a estrutura da demonstração das variações patrimoniais para contemplar as contas de compensação para fins de controle;
- (C) exigiu que tais itens informacionais sejam apresentados por meio de notas explicativas;
- (D) inseriu quadros complementares ao quadro principal, para contemplar tais informações;
- (E) tornou facultativa a apresentação das contas de compensação nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs).

57

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) contempla um mecanismo para a segregação dos valores das transações que serão incluídas ou excluídas no processo de consolidação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público.

Esse mecanismo:

- (A) foi desenvolvido com ênfase na consolidação de informações de natureza orçamentária;
- (B) é exclusivo para a consolidação no âmbito dos órgãos e entidades incluídas no orçamento geral da União;
- (C) é aplicável a transações intraorçamentárias, mas não a transações que envolvem entes públicos distintos;
- (D) deve ser adotado em procedimentos de consolidação que abrangem todas as classes de contas do PCASP;
- (E) define a utilização do 5º nível (subtítulo) das contas do PCASP para identificar saldos recíprocos.

58

De acordo com as disposições do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), os valores a receber são registrados em uma conta de ativo com atributo Permanente (P), a exemplo de Dívida Ativa de créditos tributários. Adicionalmente, qualquer recebimento de recursos financeiros relativo a esses créditos só deve ser reconhecido com o concomitante registro orçamentário. Para contribuir com essas disposições, uma das regras de integridade do PCASP a serem observadas é que as contas com o atributo Permanente (P) NÃO podem ser movimentadas em contrapartida a:

- (A) conta com o atributo Financeiro (F), para troca do atributo, quando houver a execução orçamentária da despesa;
- (B) conta de Ativo relativa a disponibilidades financeiras, a exemplo de Caixa e equivalentes de caixa;
- (C) conta de Variação Patrimonial Aumentativa (VPA);
- (D) conta de Variação Patrimonial Diminutiva (VPD);
- (E) outra conta com o atributo Permanente (P), para reclassificação do ativo ou do passivo.

59

Uma das competências dos órgãos setoriais do Sistema de Contabilidade Federal, dispostas no Decreto nº 6.976/2009, é realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário. Porém, no exercício dessa competência, as atribuições estão limitadas a:

- I. efetuar o registro contábil dos responsáveis pelo débito apurado;
- II. verificar o cálculo do débito;
- III. efetuar a baixa contábil, pelo recebimento ou cancelamento do débito.

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente III;
- (C) somente I e II;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

60

O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) tem como objetivo prover mecanismos adequados ao registro e controle diário da gestão orçamentária, financeira e contábil. Tendo em vista a necessidade de garantir a integridade do registro das informações, o Siafi opera a partir de princípios e instrumentos de segurança.

Dentre os itens a seguir, o que NÃO se enquadra no escopo dos instrumentos de segurança do Siafi é:

- (A) conformidade de operadores, a ser realizada pelos titulares das unidades gestoras;
- (B) conformidade de registro de gestão, nos termos de regulamento específico editado pela STN;
- (C) definição de critérios para parametrizar a geração de informações de natureza gerencial;
- (D) manutenção de procedimento que permite identificar os operadores que acessarem a sua base de dados;
- (E) manutenção de mecanismo de segurança, destinado a garantir a integridade dos dados do sistema.

61

A Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que, ao final de cada quadrimestre, os titulares de Poderes e órgãos emitirão Relatório de Gestão Fiscal (RGF). No caso dos Ministérios Públicos Estaduais, o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) define a configuração dos demonstrativos anexos que devem compor o RGF em cada quadrimestre.

Tal configuração estabelece que o demonstrativo:

- (A) da despesa com pessoal poderá ser publicado apenas no último quadrimestre se o limite prudencial não tiver sido ultrapassado;
- (B) da execução dos restos a pagar deverá ser publicado em referência a todos os quadrimestres;
- (C) das garantias e contragarantias é exigido se o órgão tiver concedido ou obtido tais benefícios;
- (D) das operações de crédito deverá ser publicado se o órgão tiver realizado operações de crédito no exercício;
- (E) simplificado do RGF é exigido apenas em referência ao último quadrimestre.

62

Uma entidade pública detinha um equipamento, classificado como ativo imobilizado, que foi reavaliado em um dado exercício, tendo o seu valor contábil majorado por conta desse processo. No período seguinte, a entidade apurou a depreciação sobre o equipamento reavaliado no valor de R\$ 3.200,00. A depreciação incidente sobre o equipamento, com base em seu custo histórico, seria no valor de R\$ 2.800,00.

Com base nos procedimentos contábeis patrimoniais constantes no MCASP, a diferença no valor da depreciação apurada deve ser:

- (A) apenas divulgada nas notas explicativas que acompanham as demonstrações contábeis;
- (B) classificada como outras variações patrimoniais diminutivas na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- (C) debitada em conta de reserva de reavaliação do ativo imobilizado;
- (D) incluída na despesa de depreciação reconhecida no resultado do período;
- (E) registrada em contas de compensação, que têm natureza de controle.

63

Uma entidade pública realizou um processo de aquisição de materiais para estoque, que são usados nos serviços e atendimentos prestados. Uma parte dos materiais adquiridos é distribuída gratuitamente nos atendimentos realizados.

Com base nos procedimentos contábeis patrimoniais constantes no MCASP, o estoque de materiais de distribuição gratuita deve ser mensurado pelo:

- (A) custo histórico ou pelo custo corrente de reposição, dos dois, o menor;
- (B) custo histórico ou pelo valor realizável líquido, dos dois, o menor;
- (C) custo médio ponderado das compras ou custo específico de aquisição;
- (D) valor justo na data da aquisição;
- (E) valor justo ou pelo valor realizável líquido, dos dois, o maior.

64

Uma entidade pública lançou um novo serviço para a comunidade em decorrência de demandas criadas pelo enfrentamento de uma epidemia, que se estendeu por dois anos. A entidade orçou inicialmente o custo do serviço em R\$ 14,30 por atendimento, mas logo nos primeiros meses precisou ajustar para R\$ 16,70, em decorrência da alta nos preços dos insumos, porém, ao final dos dois anos, os documentos e registros da execução do serviço apontaram um custo de R\$ 18,35 por atendimento realizado.

De acordo com a NBC T 16.11 - Sistema de Informação de Custos do Setor Público, esse último valor corresponde ao conceito de:

- (A) custo controlável;
- (B) custo de oportunidade;
- (C) custo operacional;
- (D) custo padrão;
- (E) custos reais.

65

A trajetória de evolução do orçamento público consagrou a adoção dos chamados princípios orçamentários que contribuem para a consistência do processo orçamentário, a despeito das alterações em regras pontuais ao longo do tempo.

Um princípio consagrado no texto constitucional e na legislação ordinária é o da universalidade que tem, entre outras implicações:

- (A) a coexistência de vários orçamentos autônomos, que podem ser vistos de forma consolidada;
- (B) a concessão de exceções para créditos adicionais abertos nos últimos quatro meses do exercício;
- (C) a evidenciação integrada de origens dos recursos e sua aplicação no orçamento;
- (D) a inclusão no orçamento dos recursos aplicados em investimentos pelas empresas estatais;
- (E) a incorporação das receitas e despesas operacionais das agências oficiais de fomento no orçamento.

66

Para fins de elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) da União para um determinado exercício foi estimada uma Receita Corrente Líquida (RCL) de R\$ 940 bilhões. Essa estimativa levou em conta indicadores macroeconômicos e também o montante da RCL efetivamente realizada no exercício anterior, que foi de R\$ 890 bilhões.

De posse desses dados constantes no projeto de LOA enviado pelo Poder Executivo, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) apurou que o montante disponível para proposição de emendas parlamentares individuais ao orçamento seria de:

- (A) R\$ 8,90 bilhões;
- (B) R\$ 9,40 bilhões;
- (C) R\$ 10,68 bilhões;
- (D) R\$ 10,98 bilhões;
- (E) R\$ 11,28 bilhões.

67

Uma das funções da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é estabelecer parâmetros para alocação dos recursos no orçamento anual, de forma a possibilitar a realização das metas e objetivos contemplados no Plano Plurianual (PPA).

O trecho a seguir foi extraído da LDO da União para o exercício de 2020: “As prioridades e as metas da administração pública federal para o exercício de 2020, atendidas as despesas obrigatórias e as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, serão estabelecidas no Anexo VIII e na Lei do Plano Plurianual 2020-2023”.

À luz dos objetivos e dos conteúdos a serem definidos na LDO, o trecho destacado evidencia que:

- (A) a ênfase da LDO se restringe ao acompanhamento de metas e limites fiscais;
- (B) a LDO não tem cumprido a função de ser instrumento de integração entre planejamento e orçamento;
- (C) as metas e prioridades da administração pública para cada exercício financeiro não devem ser definidas na LDO;
- (D) há discrepância no ciclo orçamentário que impacta a elaboração da LDO com base no PPA;
- (E) o conteúdo a ser apresentado na LDO de cada exercício varia, conforme o que for definido no PPA.

68

Para um determinado exercício financeiro, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) da União apresentou como meta de resultado primário um déficit de R\$ 129 bilhões. Ao final do primeiro quadrimestre do exercício de referência, em decorrência de um cenário econômico adverso, essa meta foi ajustada para um déficit de R\$ 159 bilhões. Nos meses seguintes, em novas avaliações do cenário econômico, técnicos do governo estimaram que o déficit primário do governo federal alcançaria R\$ 151,2 bilhões ao final do ano.

À luz dos preceitos fiscais dispostos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), é correto afirmar que:

- (A) o resultado primário estimado não representa a situação fiscal do país;
- (B) será necessário cancelar a programação financeira em caso de não alcance da meta;
- (C) se a meta for alcançada, haverá margem para a contratação de operações de crédito;
- (D) se a meta não for alcançada, poderá haver limitação de empenho de despesas obrigatórias;
- (E) se o cenário estimado for mantido, a meta em vigor será respeitada.

69

Durante o exercício financeiro é comum o surgimento da necessidade de autorizar novas despesas ou suplementar despesas insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária. Como regra geral, os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, mas há casos em que pode haver prorrogação.

Configura condição suficiente para prorrogar a vigência de um crédito adicional que se tenha:

- (A) abertura nos últimos quatro meses do exercício e saldo a empenhar, no caso de créditos especiais;
- (B) previsão na LDO e persistência da situação emergencial, no caso dos créditos extraordinários;
- (C) previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias e saldo a empenhar, no caso dos créditos especiais;
- (D) saldo a empenhar e persistência da situação emergencial, no caso dos créditos extraordinários;
- (E) saldo a empenhar nos últimos quatro meses do exercício, no caso dos créditos suplementares.

70

Os estágios da despesa pública decorrem de procedimentos administrativos e ensejam registros de natureza contábil, que geram informações para fins de controle e acompanhamento da execução orçamentária.

No caso concreto do registro do estágio do empenho de uma despesa com aquisição de material de consumo que será estocado em almoxarifado para uso posterior, mediante solicitação, a contrapartida do lançamento a débito será em conta de natureza:

- (A) patrimonial: Estoque – Almoxarifado;
- (B) patrimonial: Fornecedores e Contas a Pagar;
- (C) patrimonial: Variação Patrimonial Diminutiva;
- (D) orçamentária: Crédito Disponível;
- (E) orçamentária: Crédito Empenhado a Liquidar.

71

A classificação econômica da despesa pública foi concebida para propiciar elementos para avaliação do efeito econômico das transações do setor público.

Considere o caso em que o governo de um estado da federação aloca recursos para a construção de moradias para doar a pessoas que perderam suas casas em decorrência de fortes chuvas que causaram graves inundações e perdas em uma região desse estado.

As despesas associadas a essa ação governamental de construção das moradias para doação à população afetada pelas inundações devem ser classificadas como:

- (A) indenizações e restituições, na categoria despesas correntes, pois não geram um ativo para o setor público;
- (B) inversões financeiras na categoria despesas de capital, pois não terão impacto no patrimônio do ente;
- (C) investimentos, na categoria despesas de capital, pois constituem formação bruta de capital fixo para o país;
- (D) transferências de capital, pois se destinam a compensar as perdas patrimoniais sofridas por parte da população;
- (E) transferências intergovernamentais, pois são custeadas com repasses de recursos do governo federal.

72

Um dos limites de gastos definido na Lei de Responsabilidade Fiscal refere-se à despesa total com pessoal, que é monitorada durante o exercício com base na Receita Corrente Líquida (RCL), a partir de informações divulgadas no Relatório de Gestão Fiscal (RGF).

Considerando como referência uma RCL de R\$ 30 bilhões ao final do primeiro quadrimestre de um exercício, se o Ministério Público de um dado estado da federação apurou, no mesmo período de referência, uma despesa total com pessoal de R\$ 550 milhões, deverá:

- (A) eliminar o excedente nos dois quadrimestres seguintes para retornar ao limite;
- (B) observar as regras e vedações para descumprimento de limite prudencial;
- (C) propor ajustes no cronograma de execução de desembolso, para não afetar o cumprimento das metas fiscais;
- (D) ser alertado pelo respectivo tribunal de contas quanto ao comprometimento de recursos com despesas com pessoal;
- (E) solicitar suplementação da dotação orçamentária para pagamento de pessoal, por ser despesa obrigatória.

73

A estrutura da codificação cria possibilidade de associar, de forma imediata, a receita principal com aquelas dela originadas: multas, juros e dívida ativa. A associação é efetuada por meio de um código numérico de oito dígitos, cujas posições ordinais têm o seguinte significado, conforme o Manual Técnico de Orçamento (MTO):

Dígito	1º	2º	3º	4º a 7º	8º
Significado	Categoria econômica	Origem	Espécie	Desdobramentos para identificação de peculiaridades da receita	Tipo

A partir do detalhamento dessa estrutura da codificação, a identificação do tipo permite segregar uma receita em:

- (A) ordinária ou vinculada;
- (B) originária ou derivada;
- (C) principal ou de acréscimos legais;
- (D) interorçamentária ou intraorçamentária;
- (E) orçamentária ou extraorçamentária.

74

A partir da edição da Lei nº 12.527/2011, a difusão de uma cultura de maior transparência e acesso à informação pública ganhou ênfase no âmbito da administração pública. Nesse cenário, além de conceder acesso à informação, também cabe aos órgãos e entidades do poder público a proteção da informação em termos de autenticidade e integridade.

Assim, o direito de acesso à informação não é absoluto, de forma que entre os direitos previstos na Lei de Acesso à Informação NÃO se inclui o de obter:

- (A) documentos referentes a processos de prestações e tomadas de contas relativas a exercícios anteriores;
- (B) informação contida em documentos não recolhidos a arquivos públicos;
- (C) informação custodiada por entidade privada decorrente de vínculos com entidades da administração pública;
- (D) informações referentes a projetos tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade;
- (E) orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso à informação desejada.

75

Uma equipe de auditores foi designada para investigar irregularidades na compra de equipamentos hospitalares adquiridos em regime de urgência em decorrência de um incêndio que afetou os equipamentos em uso anteriormente. Após um exame inicial das notas fiscais constantes no processo de aquisição, os auditores começaram a buscar evidências de superfaturamento.

Para obter esse tipo de evidência, uma técnica recomendada é:

- (A) revisão analítica;
- (B) observação direta;
- (C) exame documental;
- (D) confirmação positiva;
- (E) conferência de cálculos.

76

Um princípio relevante nos trabalhos de auditoria é a independência. As normas internacionais para o exercício profissional de auditoria interna entendem a independência como a imunidade quanto às condições que ameaçam a capacidade da atividade de auditoria interna de conduzir as responsabilidades de auditoria de maneira imparcial.

Nos trabalhos de auditoria interna, o grau adequado de independência:

- (A) tem exigência restrita ao período de realização dos trabalhos de auditoria;
- (B) não se relaciona com a existência de mecanismos de monitoramento das recomendações;
- (C) é aperfeiçoado pela experiência com serviços prestados anteriormente à entidade auditada;
- (D) regula a discricionariedade para definir o conteúdo e o calendário dos relatórios de auditoria;
- (E) é ampliado pelo acesso direto e irrestrito à alta administração da entidade auditada.

77

Considere a seguinte situação: Durante uma epidemia causada por um vírus que atingiu um determinado país no ano de 20x0, foram adotadas diferentes medidas de combate pelas autoridades governamentais de três unidades federativas (UF). Após 12 meses do início da epidemia foram levantados os seguintes dados:

UF	Medidas adotadas	Infecções/mil hab. em 12 meses	Óbitos/mil hab. em 12 meses	% da população vacinada	Orçamento dos gastos c/ medidas/hab.	Gastos incorridos c/ medidas/hab.
A	Uso de máscara e vacinação facultativas	106,4	2,75	58%	R\$ 95,00	R\$ 93,60
B	Obrigatoriedade do uso de máscaras e vacinação	84,75	1,85	86%	R\$ 100,00	R\$ 107,45
C	Não adotou medidas preventivas e tratou os pacientes na rede hospitalar	145,4	3,7	8%	R\$ 55,00	R\$ 91,20

Nota: as UFs "A" e "B" tinham meta de vacinar 90% da população adulta; uma parte dos habitantes da UF "C" se vacinaram em outras UFs.

Considerando os dados apresentados, a partir dos conceitos relativos à auditoria operacional, é correto afirmar que:

- (A) a avaliação da equidade só é aplicável nas UFs "A" e "B";
- (B) nenhuma das UFs foi efetiva, pois foram registrados casos e óbitos;
- (C) nenhuma das UFs pode ser considerada eficaz, pois nenhuma cumpriu integralmente as metas;
- (D) a UF "B" foi a mais efetiva, embora não tenha sido a mais econômica;
- (E) a UF "C" foi a mais eficiente em termos de gastos com medidas de combate à epidemia.

78

Todo trabalho de auditoria está sujeito ao chamado risco de auditoria. Esse consiste no risco de obter conclusões incorretas ou incompletas, de forma que gere informações desequilibradas ou não agregue valor aos usuários. Um trabalho de auditoria que tenha por objetivo avaliar a efetividade de programa governamental pode trazer o risco de se indicar a descontinuidade de um programa efetivo, em decorrência de metas mal dimensionadas ou de critérios de avaliação inadequados.

Uma maneira adequada de mitigar esse risco é:

- (A) reavaliar a limitação do escopo do objeto auditado;
- (B) validar a matriz de achados por painel de referência;
- (C) realizar testes de observância dos controles internos;
- (D) a equipe de auditoria não questionar as intenções e decisões do programa;
- (E) evitar o envio de relatórios parciais ao gestor do programa auditado.

79

Em um trabalho de auditoria com o objetivo de oferecer asseguarção razoável, uma equipe de auditoria se deparou com uma série de limitações de acesso a dados, sob justificativa de que se tratava de dados pessoais sensíveis. O auditor responsável pelo trabalho da equipe avaliou que a restrição de acesso a dados previstos na matriz de planejamento da auditoria impediria a obtenção de evidência suficiente e apropriada, com impactos relevantes em alguns itens de julgamento.

Nesse caso, ao elaborar o seu relatório, o auditor deve:

- (A) alterar o objetivo para asseguarção limitada e emitir uma opinião com ressalvas;
- (B) emitir uma opinião adversa, em decorrência da impossibilidade de obtenção de evidência suficiente e apropriada;
- (C) emitir uma opinião qualificada, exceto por aspectos que considerar relevantes;
- (D) reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo e emitir uma opinião não modificada;
- (E) se abster de emitir opinião, em decorrência do risco de distorções relevantes e generalizadas no objeto auditado.

80

Ao planejar a adoção de um programa de adequação às boas práticas de governança na gestão pública, um gestor recebeu a sugestão da equipe de que deveria realizar uma auditoria com o objetivo de analisar de forma mais aprofundada a observância aos princípios gerais que regem a boa gestão financeira no órgão, bem como a conduta dos seus servidores.

Por seu escopo, esse tipo de trabalho deve observar as orientações para realização de auditoria:

- (A) especial;
- (B) de gestão;
- (C) financeira;
- (D) operacional;
- (E) de conformidade.

Realização

